

# 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

## OFICINAS DE COCRIAÇÃO

### TEMA 4: Aprimoramento do cumprimento da LAI

#### 1ª Etapa: Identificação do Desafio

#### PARTICIPANTES DE ÓRGÃOS DO GOVERNO:

NOME DA ORGANIZAÇÃO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/ CARGO
Secretaria Nacional de Acesso à Informação – (SNAI)/ CGU	Cibelle Brasil	Diretora de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação
	Tamara Bakuzis	Coordenadora-Geral de Promoção e Monitoramento de Acesso à Informação
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Dilson Gonzaga Pereira Neto	Coordenador-Geral de Acompanhamento e Controle na Assessoria Especial de Controle Interno
	Mariana Brito	Coordenadora-Geral de Cooperação Federativa em Gestão da Assessoria Especial de Cooperação Federativa
	Vitória da Silva de Sousa	Chefe de divisão de acesso à informação
	Karina Mendes Nunes Viana	Coordenadora de Gestão da Integridade de AGCI/MGI
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	Ana Paula Machado Franklin	Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do CNMP
	Bernardo M Cavalcanti	Membro Colaborador da Presidência do CNMP
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas (SNDS)/ Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR)	Yumi Kawamura Gonçalves	Coordenadora-Geral de Parcerias com a Sociedade Civil

#### PARTICIPANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE:

NOME DA ORGANIZAÇÃO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/ CARGO
Artigo 19		Assessora

	Brenda dos Santos Barboza Cunha	
Instituto Observatório Político e Socioambiental	Lúcio Duarte Batista	Diretor Executivo e Presidente do Instituto Observatório Político e Socioambiental (OPS)
Observatório Social do Brasil	Gioia Tumbiolo Tosi	Presidente do Observatório Social do Brasil (OSB) de São Paulo
Transparência Brasil	Cristiano Pátaro Pavini	Analista Sênior de Transparência
Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	João Guilherme Bernardo Frey	Membro do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

## ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO ATUAL
A obrigação de um cadastro prévio pode inibir o acesso ao cidadão
A sociedade não se apropriou da LAI
Aplicação indevida da LGPD enfraquece a LAI
Ausência da observância de precedentes da CGU e CMRI na resposta inicial dos órgãos
Ausência de representatividade da sociedade civil na CMRI
Ausência de responsabilização nos entes subnacionais pelo descumprimento da LAI
Ausência de tecnologia de mascaramento de dados pessoais para disponibilizar documentos na íntegra
Capacidade operacional diferente para cumprimento da LAI: união, estados e municípios
Capacitação interna nos órgãos com os servidores que atuam como pontos focais da LAI
Conflitos LAI x LGPD: falta de ação articulada entre CGU x ANPD; falta de capacitação dos servidores sobre a LGPD
Conflitos sobre as competências federativas para fiscalizar e aplicar sanções
Cultura de gestão pública ainda refratária à transparência. Confusão entre o público e o privado
Cumprimento da LAI por esfera
Desafios de democratização da LAI em termos de: diversidade dos usuários; linguagem acessível dos dados; informações úteis; barreiras com tecnologia digitais e educação política e cidadã
Desconhecimento da LAI pela sociedade
Desempoderamento da CGU: sobre esferas / problemas nas esferas subnacionais; Ineficiência dos órgãos de controle subnacionais
Destaque fraco ou inexistente do canal de comunicação do portal de órgãos (link) para o e-sic
Dificuldade de monitoramento do cumprimento da lei no país
Dificuldade, nos municípios menores, de encontrar pessoal qualificado para implementar mecanismos de transparência ativa e passiva
Existência de caminhos opacos, não sujeitos à transparência, para despesas (benefícios fiscais, orçamento secreto)
Falta conhecimento das ferramentas há disponíveis para operacionalização da LAI por parte dos entes públicos ex: <a href="http://Fala.br">Fala.br</a>
Falta cultura de valorização e cuidado do público / comum

Falta de capacidade operacional de alguns entes subnacionais para o cumprimento da LAI
Falta de concentração e clareza do que é interesse público - garantiria transparência em questões sensíveis
Falta de infraestrutura tecnológica e capacitação de servidores dos municípios, especialmente os pequenos
Falta de produção e sistematização de dados nas esferas subnacionais (em especial, municípios)
Falta de qualidade e confiabilidade dos dados oferecidos- quem fiscaliza?
Falta de regularização da transparência ativa
Falta de uma política estatal ampla de difusão de conhecimento sobre mecanismos de implementação da LAI
Gestores de municípios, especialmente os pequenos, desconhecem a LAI e suas obrigações
Há a prática de exigência de cadastro de dados do cidadão solicitante da informação
Há conflitos na harmonização entre a lei geral de proteção de dados pessoais e a LAI
Lacunas na formação de cidadãos brasileiros. Em que momento você ouviu falar sobre acesso à informação
Levantamento sobre as informações desejadas/esperadas com base em recortes sociais específicos. *O que as pessoas desejam saber?
Limites de incidência entre LAI x LGPD
Muitos órgãos não possuem, ou não funcionam, portais que permitem receber pedidos da LAI com geração de protocolos que servem como elementos comprobatórios para futuras ações
Nível de maturidade desigual no cumprimento da LAI entre União, estados e municípios
Opacidade nos órgãos de segurança
Os portais de transparência não têm um formato padrão/uniforme
Possível não aplicação de punição ao órgão/servidor que não cumpre a LAI
Pouca adesão dos entes subnacionais ao <a href="http://Fala.br">Fala.br</a>
Pouca adesão dos entes subnacionais a Fala.br
Público do <a href="http://Fala.br">Fala.br</a> é pouco diverso / é segmento específico
Sociedade “organizada” conhece pouco (não conhece)
Uso injustificado e frequente dos sigilos
Órgãos de pequeno porte por vezes não compreendem a LAI e em consequência não cumprem integralmente

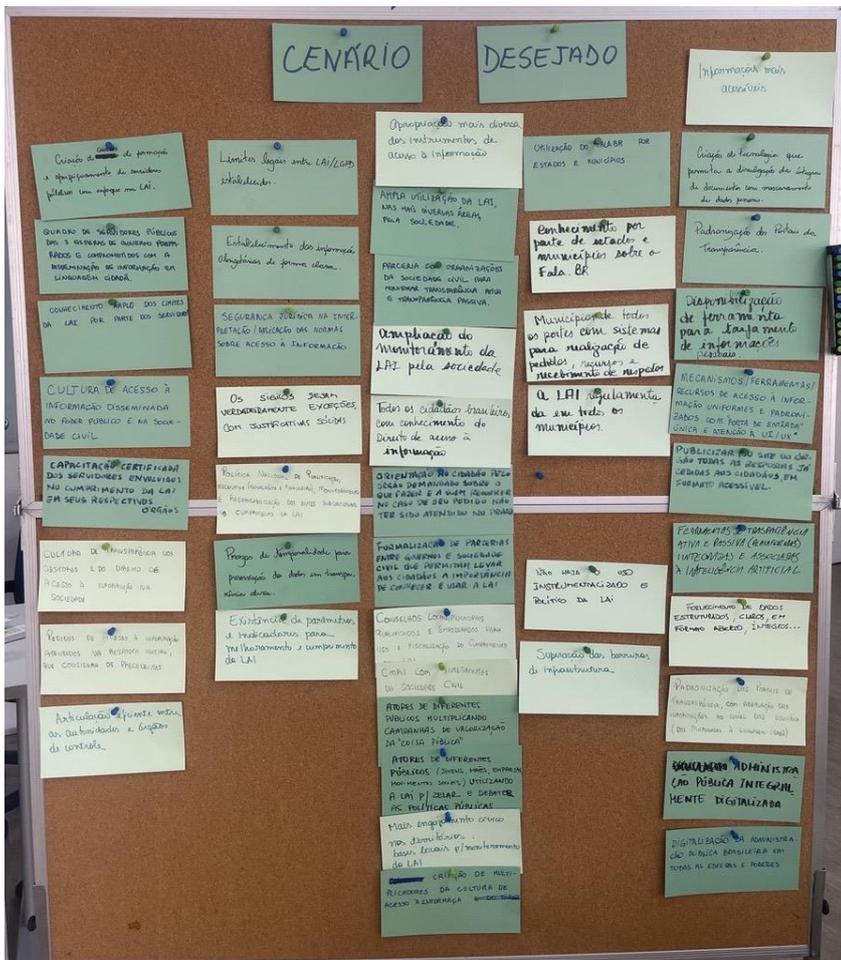


## DEFINIÇÃO DO CENÁRIO DESEJADO

Os/as participantes foram orientados/as a apresentar o cenário desejado. O resultado alcançado foi o seguinte:

CENÁRIO DESEJADO
A LAI regulamentada em todos os municípios
Acesso de gestores a catálogo de formação quanto à execução da LAI
Administração pública integralmente digitalizada
Adoção de grade extracurricular nos ensinos públicos e particulares do tema LAI e transparência pública
Ampla utilização da LAI, nas diversas áreas, pela sociedade
Ampliação da transparência ativa
Ampliação do monitoramento da LAI pela sociedade
Apropriação mais diversa dos instrumentos de acesso à informação
Articulação eficiente entre autoridades e órgãos de controle
Atores de diferentes públicos (jovens, mães, empresas, movimentos sociais) utilizando a LAI para zelar e debater as políticas públicas
Capacitação certificada dos servidores envolvidos no cumprimento da LAI em seus respectivos órgãos
CMRI (Comissão Mista de Reavaliação de Informações) com integrantes da sociedade civil
Conhecimento amplo dos limites da LAI por parte dos servidores
Conhecimento por parte de estados e municípios sobre o <a href="http://Fala.br">Fala.br</a>
Conselhos locais/municipais qualificados e empoderados para uso e fiscalização do cumprimento da LAI
Crianças, adolescentes e adultos que reconheçam a LAI como possibilidade de exercer seus direitos (APP LAI)
Criação de cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores públicos com enfoque na LAI

Criação de multiplicadores da cultura de acesso à informação
Criação de tecnologia que permita a divulgação da integra de documentos com mascaramento de dados pessoais
Cultura de acesso à informação disseminada no poder público e na sociedade civil
Cultura de transparência nos gestores e do direito de acesso à informação na sociedade
Digitalização da administração pública brasileira em todas as esferas e poderes
Disponibilização de ferramenta para tratamento de informações pessoais
Estabelecimento das informações obrigatórias de forma clara
Existência de parâmetros e indicadores para melhoramento e cumprimento da LAI
Ferramentas de transparência ativa e passiva (plataformas) integradas e associadas à inteligência artificial
Formalização de parcerias entre governos e sociedade civil que permitam levar aos cidadãos a importância de conhecer e usar a LAI
Fornecimento de dados estruturados, claros, em formato aberto, íntegros...
Informações disponibilizadas em atendimento às solicitações de recortes sociais
Informações mais acessíveis
Limites legais entre LAI (Lei de Acesso à Informação) /LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) estabelecidos
Mais engajamento cívico nos territórios: bases locais para monitoramento da LAI
Mecanismos/ ferramentas/ recursos de acesso à informação uniformes e padronizados, com “porta de entrada” única e atenção à UI (User Interface /UX (User Experience)
Municípios de todos os portes com sistemas para realização de pedidos, recursos e recebimento de respostas
No Brasil, já podemos reconhecer que a cultura de acesso à informação vem evoluindo
Não haja o uso instrumentalizado e político da LAI
Organizações da sociedade civil integram abordagem sobre transparência no trabalho sobre outros temas finalístico
Orientação ao cidadão pelo órgão demandado sobre o que fazer e a quem recorrer no caso de seu pedido não ter sido atendido no prazo
Os sigilos sejam verdadeiramente exceções, com justificativas sólidas
Padronização dos portais da transparência
Padronização dos portais de transparência, com adequação das informações ao nível dos usuários (dos microdados à linguagem cidadã)
Parceria com organizações da sociedade civil para monitorar transparência ativa e transparência passiva
Pedidos de acesso à informação atendidos na resposta inicial, que considera os precedentes
Política Nacional de Qualificação, Incentivo (tecnológico e financeiro, monitoramento e responsabilização dos entes subnacionais no cumprimento da LAI
Prazos de temporalidade para preservação dos dados em transparência ativa
Publicar no site do órgão todas as respostas já cedidas aos cidadãos de forma acessível
Quadro de servidores das três esferas de governo preparados e comprometidos com a disseminação de informação em linguagem cidadã
Segurança jurídica na interpretação/aplicação das normas sobre acesso à informação
SEI (Sistema Eletrônico de Informação) implementado em todas as esferas, com amplo acesso aos usuários externos
Superação de barreiras de infraestrutura
Todos os cidadãos brasileiros com conhecimento do direito de acesso à informação
Utilização do <a href="http://Fala.br">Fala.br</a> por estados e municípios

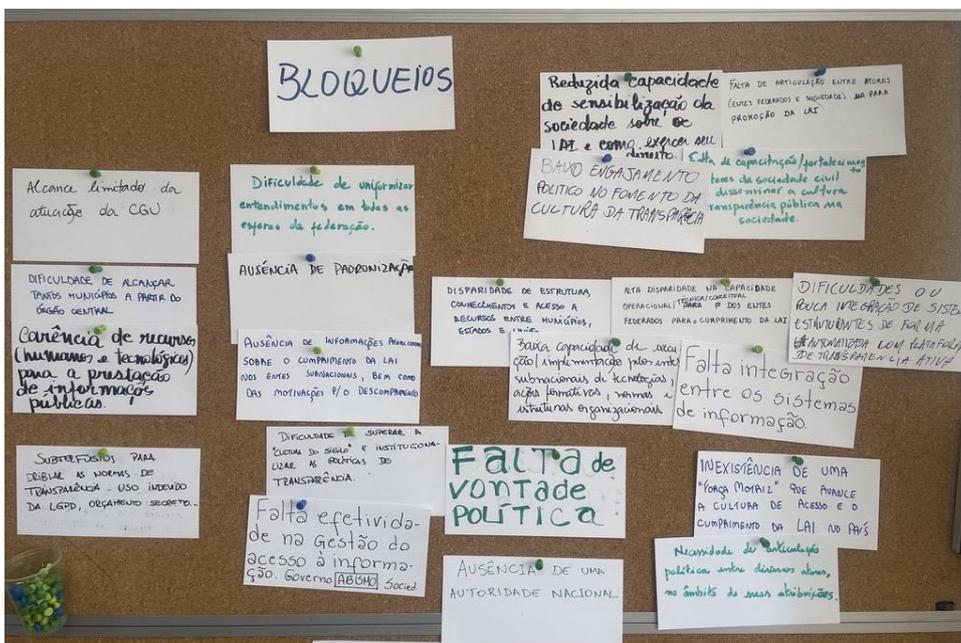


## IDENTIFICAÇÃO DE BLOQUEIOS

Por meio de pergunta orientadora “Quais são os bloqueios (problemas) que dificultam a transformação do cenário atual para o desejado?”, os participantes apontaram as limitações identificadas.

BLOQUEIOS IDENTIFICADOS
Alcance limitado da atuação da CGU
Alta disparidade na capacidade operacional / técnica / conceitual dos entes federados para o cumprimento da LAI
Ausência de informações atualizadas sobre o cumprimento da LAI nos entes subnacionais, bem como das motivações para o descumprimento
Ausência de padronização
Ausência de uma autoridade nacional
Ausência de uma autoridade nacional
Baixa capacidade de execução/implementação pelos entes subnacionais de tecnologias, ações formativas, normas e sistemas organizacionais
Baixo engajamento político no fomento da cultura da transparência
Carência de recursos (humanos e tecnológicos) para a prestação de informações públicas
Dificuldade de alcançar tantos municípios a partir do órgão central
Dificuldade de superar a “cultura do sigilo” e institucionalizar as políticas de transparência

Dificuldade de uniformizar entendimentos em todas as esferas da federação
Dificuldades ou pouca integração de sistemas estruturantes de forma automatizada com plataformas de transparência ativa
Disparidade de estrutura, conhecimento e acesso a recursos entre municípios, estados e união
Falta de articulação entre atores (entes federados e sociedade) para promoção da LAI
Falta de capacitação/ fortalecimento de atores da sociedade civil para disseminar a cultura da transparência pública na sociedade
Falta de vontade política
Falta efetividade na gestão do acesso à informação. Governo - abismo - sociedade
Falta integração entre os sistemas de informação
Inexistência de uma "força motriz" que avance a cultura de acesso e o cumprimento da LAI no país
Necessidade de articulação política entre diversos atores, no âmbito de suas atribuições
Reduzida capacidade de sensibilização da sociedade sobre a LAI e como exercer seu direito
Subterfúgios para driblar as normas de transparência: uso indevido da LGPD, orçamento secreto....



**DEFINIÇÃO DO DESAFIO A SER SUPERADO**

DESAFIO
<p><b><i>“Ampliar e equalizar o cumprimento da LAI (Lei de Acesso à Informação) em todos os poderes e esferas, de forma articulada, por meio da harmonização de entendimentos, da formação de agentes públicos, da sensibilização da sociedade, do monitoramento da aplicação da Lei, do compartilhamento de soluções e do aprimoramento de mecanismos de responsabilização.”</i></b></p>

# DESAFIO

Ampliar e equalizar o cumprimento da LAI em todos os poderes e esferas, de forma articulada, por meio da harmonização de entendimentos, da formação de agentes públicos, da sensibilização da sociedade, do monitoramento da aplicação da Lei, do compartilhamento de soluções e do aprimoramento de mecanismos de responsabilização.

## AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO
<b>Que bom que...</b>
A CGU viabilizou, financeiramente, a participação da sociedade civil
A participação e colaboração dos envolvidos no processo
A qualidade do debate
Que bom que chegamos a uma proposição consensual de conteúdo e profundidade
Que bom que conseguimos colaborar nesta iniciativa tão importante
Que bom que nos reunimos em busca de soluções
Que bom se recebermos certificados e os contatos de todos
Que bom. Excelente iniciativa que se repita mais vezes
Que estou fazendo parte disso
Que houve uma mediação atenta e aberta às contribuições diversas
Que todos participaram
Reprodução do texto da tarjeta
Ter a oportunidade de discutir os desafios para implementação da LAI com pessoas com diferentes visões e necessidades.
<b>Que tal se...</b>
Houvesse a participação de representantes de entidades representativas de entes subnacionais
Mais atores fossem convidados
Mais organizações fizessem parte desse trabalho
Que tal ampliar a discussão para mais encontros visando detalhar a atuação
Que tal se pudessemos contar com I.A. (inteligência artificial) para sistematização dos cenários atual/desejado. Convidar MEC.

Que tal se trouxéssemos mais entidades públicas e provadas para essa discussão
Reunir por temas (grandes temas) tarjetas de cenário atual, bloqueios e cenário desejado
Se a composição das oficinas garantisse uma participação étnico-racial representativa e capacitada para contribuir de forma qualificada
<b>Que pena que...</b>
Que a margem de atuação do Plano seja muito limitada
Que não fiz parte disso antes
Que os bloqueios não foram priorizados para que o desafio ficasse mais focado
Que pena que esperamos tantos anos para poder executar essa iniciativa
Que pena que não podemos ter mais encontros presenciais
Que pena que o CNJ não veio
Termos apenas dois encontros

**REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES:**

